

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	37
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	50
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	51
10.8 - Plano de Negócios	52
10.9 - Outros fatores com influência relevante	55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ELECTRO AÇO ALTONA S.A.
Valores: Seriedade. Transparência. Respeito às pessoas e ao meio ambiente. Comprometimento. Segurança.

**5.1. Descrição – Gerenciamento de Riscos**

A Companhia tem como prática a análise constante destes riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Efetuamos constantemente monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Sendo os riscos mais significativos os seguintes:

Risco de crédito;
Risco de liquidez; e
Risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 1,3% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Talentos gerando soluções

ELECTRO AÇO ALTONA S.A.

Valores: Seriedade. Transparência. Respeito às pessoas e ao meio ambiente. Comprometimento. Segurança.



Em 31 de dezembro de 2018, de nosso endividamento total, aproximadamente 52% dos empréstimos e financiamentos eram em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas acordadas com os agentes financeiros que representou em 31 de dezembro de 2018 R\$ 6,1 milhões de despesas financeiras ou 2,5% da nossa Receita Operacional Líquida- ROL. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2018, nossas operações cambiais de ACC, ACE e empréstimos em Dólar ou atrelado à variação do Dólar ou outra moeda, representavam em curto e longo prazos, o equivalente a 48% do nosso endividamento, que resultou para 31 de dezembro de 2018 em R\$ 5,7 milhões de despesas financeiras ou 2,3%, da nossa Receita Operacional Líquida- ROL.

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 46% em 2018. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia.

Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem:

- a) Variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera;
- b) Controles cambiais;
- c) Alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes;
- d) Consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias;
- e) Dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- f) Alíquotas de tributos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**ELECTRO AÇO ALTONA S.A**

Valores: Seriedade. Transparência. Respeito às pessoas e ao meio ambiente. Comprometimento. Segurança.



- g) Consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária;
- h) Custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia opera no mercado financeiro de modo conservador, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Buscamos proteção contra riscos de crédito, riscos de taxa de juros, riscos de preço e riscos de taxa de câmbio.

As vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou *hedge*, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (*hedge*).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Os instrumentos utilizados são conservadores e regularmente monitorados. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou sensivelmente superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento). Todas as operações são controladas pela Gerencia Financeira da Companhia e informadas a Diretoria Executivo. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção Patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

As Companhias não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerencia financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

Tais operações, quando solicitadas, são fornecidas e verificadas pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia mantém monitoramento periódico sobre os instrumentos e índices financeiros, por meio de controles internos, fiscalizados pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado. Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Descrição dos Controles Internos

Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

O modelo de controle interno adotado tem foco em funções, processos, atividades, pessoas e tecnologias da Companhia.

Visando o crescimento e a melhoria destes controles internos, a Companhia, utiliza como ferramenta suporte o sistema **Qlikview** para controle de custos e geração de informações gerenciais. Programas de administração de manutenção e gestão de compras, além de um programa financeiro e contábil/fiscal eficiente também fazem parte do cotidiano da Administração.

Treinamentos constantes e atualizações referente a estes sistemas de controles internos também fazem parte dos métodos de controle da companhia.

Quando é identificado alguma imperfeição na qualidade ou no método da informação gerada nos controles internos, ela é imediatamente analisada e solucionada, utilizando-se de métodos e ferramentas também internos de análise destas imperfeições. Ex: Formulário 5W1H.

b) estruturas organizacionais envolvidas :

Todas as áreas da Companhia são responsáveis e estão envolvidas nas informações prestadas para elaboração das demonstrações financeiras , elas contribuem cada uma com o gerenciamento de seus controles internos para prestarem essas informações, e também com as análises das imperfeições e correções necessárias.

c) Como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia:

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada à Gerencia Administrativa, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

continua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

Além desta mencionada acima, as áreas de produção, financeira, compras, contábil/fiscal, dão todo o suporte para a confiabilidade e identificação das informações internas prestadas para a geração das demonstrações financeiras.

Tudo monitorado constantemente pelas Gerencias, Supervisões e Lideranças de cada uma destas áreas e pela Diretoria e Conselho da Companhia.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Faz parte das tarefas da Auditoria monitorar e recomendar a possíveis divergência. A Administração da Companhia está sempre atenta nas mudanças determinadas pela CVM e órgãos governamentais bem como as próprias mudanças que possam ocorrer na estrutura organizacional para não ter adversidades que comprometa o caixa ou ética dos gestores. Para adequar os controles contábeis ao nível internacional bem como atender as obrigações acessórias impostas pelo governo, a Administração adota através do comitê tributário ou assuntos contábeis um planejamento que deve ser seguido rigorosamente.

Ainda assim, a auditoria avalia os procedimentos e possivelmente recomenda a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias e melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais. É de política da Companhia a melhoria continua independente do setor, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando transparência plena.

Abaixo, na integra o relatório de recomendações dos controles internos da Companhia emitido por nossa Auditoria Externa nos termos da regulamentação da CVM.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**ELECTRO AÇO ALTONA****Relatório de Recomendações e Avaliação do Ambiente de Controles Internos 2018**

Blumenau (SC), 15 de Maio de 2019.

Aos
Administradores da
Electro Aço Altona S.A.
Blumenau – SC

Prezados Senhores,

Conforme previsto em nosso contrato de prestação de serviços nº 96/2014, datado em 13 de novembro de 2014, e no planejamento e execução da nossa auditoria das demonstrações financeiras da **Electro Aço Altona S/A** (“EAA”, “Companhia”) para o exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, consideramos a estrutura de controle interno para determinar nossos procedimentos de auditoria, tendo como finalidade, expressar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação da estrutura de controle interno pode não revelar, necessariamente, todos os assuntos que poderiam constituir fraquezas significativas de acordo com as normas profissionais.

Uma fraqueza significativa é uma condição na qual, o modelo ou o funcionamento, de um ou mais elementos específicos da estrutura de controle interno, não reduz a nível relativamente baixo, o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras que estão sendo auditadas e, não serem detectados em tempo hábil pelos colaboradores durante o curso normal de execução das funções que lhes são atribuídas.

Entretanto, não identificamos fragilidades significativas quanto a estrutura de controle interno e seu funcionamento, conforme definido anteriormente.

Esta carta destina-se exclusivamente ao uso e informação da Administração e Diretoria da Companhia, não devendo ser usada por terceiros. Sua divulgação externa poderia suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações dos exames desenvolvidos de acordo com as normas de auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Permanecemos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que possam ser requeridos sobre este relatório de recomendações e sobre detalhes da execução dos trabalhos.

Atenciosamente,

BERKAN AUDITORES INDEPENDENTES

S/S

CRC- SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti

Sócio de Auditoria

Contador CRC-SC-023.618/O-6

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

O relatório de recomendações do auditor independente é avaliado pelos administradores da Companhia, que definem ações necessárias para a implementação das recomendações do auditor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

A Companhia está implantando mecanismos internos para detectar e sanar desvios, fraudes e irregularidades contra qualquer administração pública, hoje a alta direção é quem faz esse controle de maneira geral sempre atenta a qualquer ato que possa ser ilícito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Alterações Significativas

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negócio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras Informações Relevantes – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Além dos riscos acima referidos, não há outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais10.1. Opinião dos Diretores sobre:10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2018, o crescimento da atividade econômica mundial foi impulsionado sobretudo pelo desempenho dos Estados Unidos, Índia e China. Nas economias maduras dos países da Europa, contudo, também observamos níveis historicamente altos da atividade industrial com baixa inflação, gerando expectativa de retirada gradual dos estímulos e aumento dos juros.

De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional a expectativa de crescimento do PIB mundial para 2018 está projetado para 3,7%, maior nível dos últimos anos. Contudo, para 2019 e 2020, o Fundo prevê uma desaceleração do PIB global. O relatório piorou as projeções em relação a outubro, para 3,5% e 3,6%, respectivamente. **Fonte: FMI.** A instabilidade política entre Estados Unidos e China, taxaões europeias são cenários que comprometem e desestabilizam o crescimento global.

A continuidade desse cenário de expansão vai depender dos preços das commodities, nível de inflação das principais economias e a evolução dos juros, principalmente nos Estados Unidos.

No Brasil, o desempenho econômico mostrou expansão lenta e gradual, com a melhora do ambiente de negócios, aumento da confiança empresarial e recuperação na produção industrial ao longo do ano.

A leve recuperação com a melhora das condições macroeconômicas, reflexo da queda na inflação e nas taxas de juros, bem como expansão gradual na atividade industrial, contribuíram para uma estimativa de crescimento do PIB brasileiro próximo de 1,3%, após os anos de forte retração. Já para 2019, o Fundo melhorou a projeção de crescimento para 2,5%, citando que "a recuperação gradual da economia deve continuar". Para 2020, o relatório prevê um avanço de 2,2% do PIB brasileiro. **Fonte: FMI**

A Administração da Altona está atenta para esses movimentos, tanto para as economias avançadas como as emergentes que demonstraram crescimento. A expansão da produção industrial em diversos países, a retomada de investimentos e a melhora do ambiente de negócios, são fatores importantes na tomada de decisão.

Índices	2016	2017	2018
Liquidez corrente	1,69	0,97	0,97

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Liquidez geral	1,39	1,63	1,80
Endividamento (Passivo Total/PL)	154,4%	58,6%	24,5%
Retorno sobre o Ativo	-0,7%	12,1%	3,5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	-2,3%	44,4%	7,9%

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Circulante era de R\$ 112,6 milhões, sensivelmente menor que o Passivo Circulante de R\$ 116,2 milhões em um montante de R\$ 3,6 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,97. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 0,97 e 1,69.

O endividamento total de 2018 era de 24,5% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 58,6% e 154,4%. Uma das missões da administração é a busca da redução nos empréstimos de curto prazo contraídas 2018 sendo essa uma das premissas para 2019.

Para 2018 o retorno sobre o ativo, 3,5% e sobre o patrimônio líquido ficaram em níveis satisfatórios, 7,9%, mas a Administração entende que para sustentabilidade perene o indicador deve ser acima dos 12%. A Companhia registra o indicador histórico com relação ao retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido, para o exercício encerrado em 2017. O retorno foi de 44,4% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido do ano anterior) e 12,1% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total), indicadores estes referentes aos efeitos dos registros das reduções trazidas pela opção do PERT. No exercício encerrado em 2016, o retorno foi de -2,3% sobre o Patrimônio Líquido e -0,7% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2015, o retorno foi de 0,2% sobre o Patrimônio Líquido e 0,1% sobre o Ativo.

Em regra geral, o nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios que a Companhia é atrelada. Levando em consideração uma média alavancagem operacional e a alta necessidade de investimentos em ativos, comparados com outras empresas do setor.

10.1.b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

	Estrutura de Capital - R\$ milhões - Em 31 de Dezembro de					
	2016		2017		2018	
Capital de terceiros - circulante	47,0	19,2%	95,8	37,9%	116,2	33,5%
Capital de terceiros - não circulante	128,6	52,6%	59,6	23,4%	76,3	21,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital próprio - patrimônio líquido	69,0	28,2%	98,0	38,7%	154,6	44,6%
Total	244,6	100,0%	253,4	100,0%	347,1	100,0%

Reforçamos que a alavancagem do curto prazo/circulante se fez necessário, pois no último trimestre de 2017 houve a eminência do aumento de estoques para melhorar a performance de entregas aos clientes, principalmente as montadoras, e para adesão ao PERT, que se demonstra na redução considerável no endividamento de longo prazo, aproximadamente 54% menor que ano anterior.

Em 2018 a elevação dos níveis de produção a curtíssimo prazo fez com que a Companhia aumentasse consideravelmente sua força nas movimentações estruturais, com isso a estrutura financeira de curto prazo/circulante ficou acima do objetivo traçado. De qualquer forma a Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem e continua focado na redução dos gastos em 2018, visando a redução do endividamento e/ou alongamento de alguns empréstimos, objetivando custos menores refletindo no equilíbrio moderado para o caixa.

A manutenção da flexibilidade financeira é importante componente do modelo de negócios da Companhia. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

Os recursos tomados destinam-se a:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos e gastos gerais;
- (ii) atendimento ao cronograma de pagamentos de nossos investimentos;
- (iii) impostos incidentes sobre a receita bruta tais como ICMS, PIS/COFINS, INSS sobre receita e/ou folha de pagamento e IPI, bem como IR e CS sobre o Lucro, e encargos e contribuições sobre a mão de obra direta e indireta.

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e/ou empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses. Conforme mencionado, buscamos manter uma estrutura de capital que permita controlar a possível exposição ao risco.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

É foco da Administração melhorar a composição da estrutura financeira, alongando, direcionando linhas adequadas para investimentos, de forma gradativa estimular a redução do ciclo operacional entre compra de matéria prima x elaboração do produto x recebimento,

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 13,0 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 6,0 milhões. Dessa forma a despesa financeira líquida representa 46,9% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 57,7 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 5,3 milhões. Dessa forma a despesa financeira líquida representa 9,2% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 30,1 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 7,9 milhões. Dessa forma a despesa financeira líquida representa 26,2% da geração de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro líquido representava 2,8 x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento financeiro líquido representava 0,9 x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento financeiro líquido representava 2,5 x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Estrutura do EBITDA - R\$ milhões						
	2016	% ROL	2017	% ROL	2018	% ROL
Lucro antes do resultado financeiro	3,0	2,6%	48,1	28,6%	20,2	8,2%
Depreciação	10,0	8,5%	9,5	5,6%	9,9	4,0%
EBITDA	13,0	11,0%	57,7	34,2%	30,1	12,2%

Análise do Endividamento e representação % em relação ao ROL

	2016	% ROL	2017	% ROL	2018	% ROL
Endividamento – R\$ milhões	42,2	35,8%	54,4	32,3%	82,2	33,3%
Caixa e equivalente de caixa – R\$ milhões	(5,7)	(4,8%)	(1,4)	(0,8%)	(5,6)	(2,3%)
Endividamento líquido – R\$ milhões	36,7	31,2%	53,0	31,5%	76,6	31,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos últimos anos o crédito de terceiro ficou restrito e custoso para quem teve necessidade de captação. Para Altona não foi diferente. A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC's/ACE's), linhas de pré-pagamentos, e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME. Além disso, a Companhia iniciou o processo para operacionalizar recebíveis através do PROEX.

10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes em máquinas e equipamentos e na expansão do parque fabril.

Havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade, as principais fontes são: ACC's, pré-pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- (i) Contratos de empréstimo e financiamento;

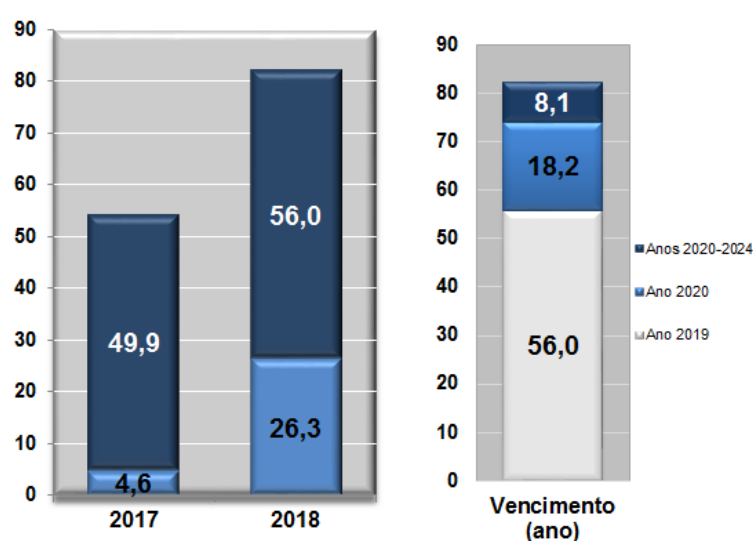
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 42,1 milhões, sendo que R\$ 29,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 12,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 54,4 milhões, sendo que R\$ 49,8 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 4,6 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 82,3 milhões, sendo que R\$ 56,0 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 26,3 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:



Vencimento dos financiamentos e empréstimos						
	31/12/16		31/12/17		31/12/18	
2017	29.472	69,9%	-	-	-	-
2018	11.871	28,2%	49.858	91,6%	-	-
2019	815	1,9%	4.461	8,2%	55.954	68,1%
2020	-	-	131	0,2%	18.159	22,1%
2021	-	-	-	-	5.785	7,0%
2022	-	-	-	-	1.645	2,7%
2023	-	-	-	-	604	0,1%
2024	-	-	-	-	61	-
TOTAL	42.158	100,0%	54.450	100,0%	82.208	100,0%
% x total do Passivo + PL	17,2%		21,5%		23,7%	

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP os empréstimos bancários da Companhia de 2018, que estão sendo amortizados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais.

Para o aporte de crédito, os Bancos efetuam uma vasta análise de crédito para suportar a situação econômica da Altona. Além de todo o suporte técnico, é de praxe, para alguns contratos de empréstimos, o vínculo através de reciprocidades efetuados entre a Altona e os Bancos, como por exemplo: folha de pagamento, seguro de vida em grupo, plano de saúde para os trabalhadores. Adicionalmente, outro requisito padrão solicitado para garantir as operações, é a vinculação de domicílio bancários do recebíveis.

A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 59,8 milhões.

Para o ano de 2018, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 645 mil (R\$ 310 mil em 31 de dezembro de 2017), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

- (iii) parcelamentos de longo prazo – REFIS/PERT;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2016		31/10/2017	
Circulante	1.435	1,5%	2.558	2,6%
Não Circulante	94.387	98,5%	94.095	97,4%
	95.822	100,0%	96.653	100,0%
% x total do Passivo + PL	39,2%		37,3%	

O passivo relativo ao PERT encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2017	31/12/2018
--	------------	------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Circulante	5.753	21,7%	1.969	8,9%
Não Circulante	20.777	78,3%	20.220	91,1%
	26.530	100%	22.189	100%
% x total do Passivo + PL	10,5%		6,4%	

Inicialmente, é importante ressaltar que em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao PERT. Sendo assim, a demonstração acima reflete os saldos do REFIS em 31/10/2017, que tecnicamente foi efetuado a desistência/migração.

Abaixo relatamos as tratativas de cada parcelamento:

REFIS:

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até o fim do ano de 2065. Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06. Destacamos também que a Companhia, poderá sofrer alterações sobre a métrica de recolhimento do recolhimento do REFIS, devido ao andamento de processo judicial. Caso isso aconteça, a Companhia poderá realizar recolhimentos superiores ao que vem realizando, podendo assim afetar significativamente seu fluxo de caixa nos períodos subsequentes.

A Companhia discutiu no âmbito judicial a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que esses exercícios não apresentaram lucro tributável. Assim, destacamos que o processo se encontra em andamento no STJ com decisão recente favorável à Companhia e à espera do trânsito em julgado. Desta forma, tal tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia também pleiteou com êxito junto à Receita Federal a limitação das multas quanto ao INSS considerado no REFIS de acordo com a Lei 8.212 art. 35 que estabelece teto de até 20%, tendo logrado êxito neste tema. O valor da redução foi de R\$ 9.385 registrado no Resultado da Companhia na rubrica de "Outras Receitas Operacionais", em 2015/2016.

PERT

Conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes.

Esta modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. Um dos quesitos do parcelamento foi o pagamento de entrada, mediante o regramento específico. Para adesão a Altona teve que pagar aproximadamente R\$ 15 milhões, de forma escalonada, conforme regras. O saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS). A Receita Federal já homologou tal migração ao PERT optado pela Companhia.

Na divulgação da Companhia em 30 de setembro de 2017 o valor devido ao REFIS montava R\$ 96.610 (R\$ 2.283 circulante e R\$ 94.327 não circulante). Após a desistência do REFIS e ingresso ao PERT através i) do pagamento do montante inicial de adesão e ii) amortização das parcelas mensais o valor devido pela Companhia à Receita Federal em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 26.530 (R\$ 5.753 circulante e R\$ 20.777 não circulante).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 saldo é de R\$ 22.189 (R\$ 1.969 circulante e R\$ 20.220 não circulante).

Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, os limites e contratações dependeram da análise de crédito de cada banco. Também não à contratos com disposições que atrelem empréstimos e a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referência.

10.1.g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Demonstração dos Resultados – em Milhares de Reais					
	2016		2017		2018	
	AV		AV		AV	
Receita Operacional Líquida,	117.687	100%	168.407	100%	246.961	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(100.019)	85,0%	(137.902)	81,9%	(196.304)	79,5%
Lucro Bruto	17.668	15,0%	30.505	18,1%	50.657	20,5%
Outras Receitas Operacionais						
Outras Receitas Operacionais	14.850	12,6%	63.679	37,8%	11.273	4,6%
Despesas Operacionais						
Despesas com vendas	(10.435)	8,9%	(11.888)	7,1%	(19.957)	8,1%
Despesas gerais e administrativas	(10.528)	8,9%	(11.413)	6,8%	(14.130)	7,4%
Remuneração dos administradores	(3.671)	3,1%	(3.086)	1,8%	(4.094)	1,2%
Outras Despesas Operacionais	(4.838)	4,1%	(19.687)	11,7%	(3.589)	0,2%
Despesas/Receitas operacionais líquidas	(29.472)	25,0%	17.605	10,5%	(30.497)	12,3%
Resultado antes das Financeiras	3.046	2,6%	48.110	28,6%	20.160	8,2%
Despesas financeiras	(8.519)	7,2%	(8.340)	5,0%	(11.824)	4,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas financeiras	2.483	2,1%	2.994	1,8%	3.962	1,6%
Resultado Financeiro	(6.036)	5,1%	(5.346)	3,2%	(7.862)	3,2%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	(2.990)	2,5%	42.764	25,4%	12.298	5,0%
Provisões IRPJ e CSLL	1.339	1,1%	(12.116)	7,2%	(49)	0,02%
Resultado antes das participações	(1.651)	1,4%	30.648	18,2%	12.249	5,0%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	(0,73)		13,62		0,54	

[Análise das principais contas do resultado – 2018 versus 2017](#)*Receita Operacional Líquida*

A receita operacional líquida foi de R\$ 246,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparada a R\$ 168,4 milhões no mesmo período em 2017. Um acréscimo de 46,6% ou R\$ 78,5 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2018, 54,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 64,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 196,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 137,9 milhões no mesmo período em 2017 representando um acréscimo de 42,8% ou R\$ 58,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos tiveram uma sensível redução de 81,9 em 2017 para 79,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 19,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando comparado aos gastos de R\$ 11,9 milhões no mesmo período em 2017, representam um acréscimo de 67,9%, ou R\$ 8 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um acréscimo na ordem de 1 (um) ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2018 e 2017.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 18,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra R\$ 14,5 milhões no mesmo período em 2017. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas reduziram na ordem de 1,2 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em comparação ao mesmo período em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*As despesas financeiras*

As despesas financeiras foram de R\$ 11,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparados a R\$ 8,3 milhões no mesmo período em 2017. Este incremento foi decorrente da subida a curto prazo dos níveis de produção, atrelados ao *lead time* longo, que por sua vez fez com que a Companhia aportasse novas captação, ocasionando no aumento das despesas financeiras.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra R\$ 2,9 milhões no mesmo período em 2017 representando um aumento de 32,6% ou R\$ 1 milhão.

*Análise das principais contas do resultado – 2017 versus 2016**Receita Operacional Líquida*

A receita operacional líquida foi de R\$ 168,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparada a R\$ 117,7 milhões no mesmo período em 2016. Um acréscimo de 43,1% ou R\$ 50,7 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2017, 64,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 62,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 137,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 100,0 milhões no mesmo período em 2016 representando um acréscimo de 37,9% ou R\$ 37,9 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos tiveram uma sensível redução de 81,9% para 85% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado aos gastos de R\$ 10,4 milhões no mesmo período em 2016, representam um acréscimo de 13,9%, ou R\$ 1,4 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 1,8 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2017 e 2016.

As despesas gerais e administrativas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 14,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$ 14,2 milhões no mesmo período em 2016. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas reduziram na ordem de 3,5 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em comparação ao mesmo período em 2016.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 8,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparados a R\$ 8,5 milhões no mesmo período em 2016. Este equilíbrio é decorrente das amortizações dos financiamentos e a busca da administração da Companhia por financiamentos de Curto e Longo Prazo com encargos e juros mais atrativos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$ 2,5 milhões no mesmo período em 2016 representando um aumento de 20,6% ou R\$ 500 mil.

Análise das principais contas do resultado – 2016 versus 2015**Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida foi de R\$ 117,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparada a R\$ 146,6 milhões no mesmo período em 2015. Um decréscimo de 24,5% ou R\$ 28,9 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2016, 62,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 46,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 100 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 109,1 milhões no mesmo período em 2015 representando um decréscimo de 9,1% ou R\$ 9,1 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,4% e 85% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016 respectivamente.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando comparado aos gastos de R\$ 10,7 milhões no mesmo período em 2015 representam um decréscimo de 2,5%, ou R\$ 272 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

despesas com vendas tiveram um acréscimo na ordem de 1,6 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2016 e 2015.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 14,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 contra R\$ 15,3 milhões no mesmo período em 2015, o que significou uma redução de 7,4% ou R\$ 1,1 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 1,6 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao mesmo período em 2015.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 8,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparados a R\$ 12,7 milhões no mesmo período em 2015 representam um decréscimo de 33,2%, ou R\$ 4,2 milhões. Esta diminuição é decorrente das amortizações dos financiamentos e a busca da administração da Companhia por financiamentos de Curto e Longo Prazo com encargos e juros mais atrativos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 2,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, contra R\$ 3,2 milhões no mesmo período em 2015 representando um decréscimo de 28% ou R\$ 0,7 milhão.

Ativo	Balanço Patrimonial – em Milhares de Reais					
	31/12/16	AV	31/12/17	AV	31/12/18	AV
Caixa e equivalentes de caixa	5.753	2,3%	1.394	0,6%	1.929	0,6%
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	3.657	1,1%
Contas a receber	31.320	12,8%	36.729	14,5%	46.272	13,3%
Estoques	31.672	13,0%	38.546	15,2%	42.432	12,2%
Impostos a recuperar	8.753	3,6%	11.654	4,6%	12.838	3,7%
Outras contas a receber	1.430	0,6%	3.623	1,4%	4.348	1,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas antecipadas	356	0,1%	978	0,4%	1.125	0,3%
Total do ativo circulante	79.284	32,4%	92.924	36,7%	112.601	32,4%
Depósitos judiciais	1.720	0,7%	2.394	0,9%	2.964	0,9%
Outros créditos	2.095	0,9%	1.529	0,6%	11.004	3,2%
Investimentos	1.482	0,6%	1.527	0,6%	94.139	27,1%
Imobilizado	159.361	65,2%	154.554	61,0%	125.733	36,2%
Intangível	624	0,3%	474	0,2%	670	0,2%
Total do ativo não circulante	165.282	67,6%	160.478	63,3%	234.510	67,6%
Total do ativo	244.566	100%	253.402	100,0%	347.111	100,0%

Passivo	31/12/16	AV	31/12/17	AV	31/12/18	AV
Empréstimos	29.472	12,1%	49.858	19,7%	55.954	16,1%
Fornecedores	4.096	1,7%	13.693	5,4%	15.412	4,4%
Programa de recuperação fiscal	1.435	0,6%	5.753	2,3%	1.964	0,6%
Impostos e contribuições	1.748	0,7%	5.649	2,2%	7.559	2,2%
Incentivo Fiscal – PRODEC	478	0,2%	339	0,1%	-	-
Adiantamentos de clientes	2.927	1,2%	2.470	1,0%	5.355	1,5%
Obrigações sociais trabalhistas	4.410	1,8%	9.130	3,6%	12.546	3,6%
Dividendos/JCP/Particip. Adm a pagar	141	0,1%	43	0,0%	3.440	1,0%
Outras contas a pagar	2.047	0,8%	8.844	3,6%	14.002	4,6%
Total do passivo circulante	46.754	19,2%	95.779	37,9%	116.237	33,5%
Programa de recuperação fiscal	101.065	37,5%	20.777	8,2%	20.220	5,8%
IR e CS diferidos	19.230	7,1%	30.319	12,0%	24.131	7,0%
Impostos e contribuições	-	-	-	-	-	-
Incentivo Fiscal - PRODEC	789	0,3%	20	0,0%	-	0,0%
Empréstimos	27.391	10,2%	4.592	1,8%	26.254	7,6%
Provisão para contingência	2.768	1,0%	3.919	1,4%	5.645	1,6%
Total do passivo não circulante	151.243	56,1%	59.627	23,4%	76.250	22,0%

Patrimônio líquido						
Capital Social	16.957	6,3%	17.264	6,8%	39.540	11,4%
Reserva legal	1.016	0,4%	2.409	0,9%	2.960	0,9%
Reserva de lucros	8.018	3,0%	39.575	15,6%	20.703	6,0%
Lucros a destinar	307	0,1%	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	45.496	16,9%	38.748	15,3%	91.421	26,3%
Total do patrimônio líquido	71.794	26,7%	97.996	38,7%	154.624	44,5%
Total do passivo	269.385	100%	253.402	100%	347.111	100,0%

Análise das principais contas do balanço patrimonial**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/16	AV	31/12/17	AV	31/12/18	AV
Caixa e Contas Movimento	2.543	44,2%	436	31,3%	1.929	34,5%
Renda Fixa	3.210	55,8%	958	68,7%	3.657	65,5%
TOTAL	5.753	100%	1.394	100%	5.586	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

% Representação no Ativo Circulante	7,3%	1,5%	5,0%
-------------------------------------	------	------	------

Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/16	AV	31/12/17	AV	31/12/18	AV
Mercado Interno	16.065	51,3%	13.869	37,8%	9.906	21,4%
Mercado Externo	16.836	53,8%	23.879	65,0%	37.449	80,9%
(-) Ajuste a valor presente	(237)	-0,8%	(275)	-0,7%	(379)	-0,8%
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.344)	-4,3%	(744)	-2,0%	(704)	-1,5%
TOTAL	31.320	100%	36.729	100%	46.272	100%
% Representação no Ativo Circulante	39,5%		39,5%		41,1%	

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(1.344)	(1.344)	(744)
Adições	-	-	-
Recuperações/realizações	-	600	40
Saldo no final do exercício	(1.344)	(744)	(704)

Estoque

	31/12/16	AV	31/12/17	AV	31/12/18	AV
Produtos Acabados	4.259	13,4%	2.554	6,6%	5.395	12,7%
Produtos em Elaboração	23.406	73,9%	28.364	73,6%	25.827	60,9%
Matéria Prima	1.005	3,2%	1.947	5,1%	2.288	5,4%
Materiais Auxiliares	2.296	7,2%	3.234	8,4%	3.877	9,1%
Outros Materiais	1.728	5,5%	3.534	9,2%	4.865	11,5%
Mercadorias em Consignação	168	0,6%	113	0,3%	180	0,4%
Provisão para Perda no Estoque	(1.190)	-3,8%	(1.200)	-3,1%	-	-
TOTAL	31.672	100%	38.546	100%	42.432	100%
% Representação no Ativo Circulante	39,9%		41,5%		37,7%	

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para o exercício findos em 2017 a Companhia registra baixa dos R\$ 1.200 mil de provisão para perdas nos estoques por entender que estes não são mais negociáveis, em 2016 o valor provisionado era de R\$ 1.200 mil.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(1.200)	(1.200)	-
Adições	(-)	(-)	-
Recuperações/realizações	-	1.200	-
Saldo no final do exercício	(1.200)	-	-

Impostos a recuperar

	31/12/16	AV	31/12/17	AV	31/12/18	AV
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS ⁽¹⁾	9.073	93,1%	8.409	64,0%	5.902	25,3%
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	670	6,9%	1.041	8,0%	1.595	6,8%
Ressarcimento compensação PERT	-	-	-	-	3.571	15,3%
IRPJ/CSLL ⁽²⁾	-	-	3.611	28,0%	12.259	52,6%
	9.743	100%	13.061	100%	23.327	100%
Circulante	8.753	89,9%	11.654	89,2%	12.838	55,0%
Não Circulante	990	10,1%	1.407	10,8%	10.489	45,0%

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

⁽¹⁾ A Companhia possui em andamento no TRF 4 o processo nº 5001790-34.2019.4.04.7205, que trata da exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS. Desde 2018, o STF considerou inconstitucional a inclusão e concedeu a ganho de cauda para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base no parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Anterior a decisão, a Companhia aguarda o “transitado em julgado” de seu processo acima mencionado, para reconhecer os efeitos do passado, ou seja, levantamentos dos créditos desde 2001 até 2017. Estes créditos após levantados serão contabilizados como tributos a recuperar em seu Ativo Circulante e compensado com impostos a vencer. A Companhia espera ter seu processo transitado em julgado ainda no ano de 2019.

⁽²⁾ O STF transitou em julgado o processo nº 5016243-44.2013.4.04.7205 no qual a Companhia discutia a não inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL referente ao regime especial do ICMS enquadrado na tese como Subvenção Governamental. Desde 2018, o STF considerou inconstitucional a inclusão e concedeu a ganho de cauda para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base no parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão na base de cálculo do IR/CS. Adicionalmente, o processo acima mencionado transitou em julgado a favor da Companhia, que por sua vez recalculou e reconheceu seus efeitos no último trimestre de 2018. Os efeitos líquidos de totalizaram R\$ 7.200.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisAtivo Imobilizado*Valores Residual Líquido:*

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Em 31/12/2016	98.730	58.132	1.141	602	-	756	159.361
Em 31/12/2017	91.752	57.165	1.060	3.527	449	601	154.554
Em 31/12/2018	53.355	57.535	1.305	11.690	1.247	601	125.733

- a) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.
- b) Para 2018 a Companhia, através das orientações jurídicas, estará oficializando um protocolo solicitando à RFB retirar/baixar os gravames de parte considerável dos imóveis que atualmente estão arrolados como garantia do REFIS. Como a Altona aderiu o PERT, o endividamento tributário reduziu consideravelmente, sendo oportuno a revisão das garantias/arrolamentos para o novo saldo em aberto/parcelado.
- c) Valores segurados – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendavais, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado está descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.
- d) Custo atribuído – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

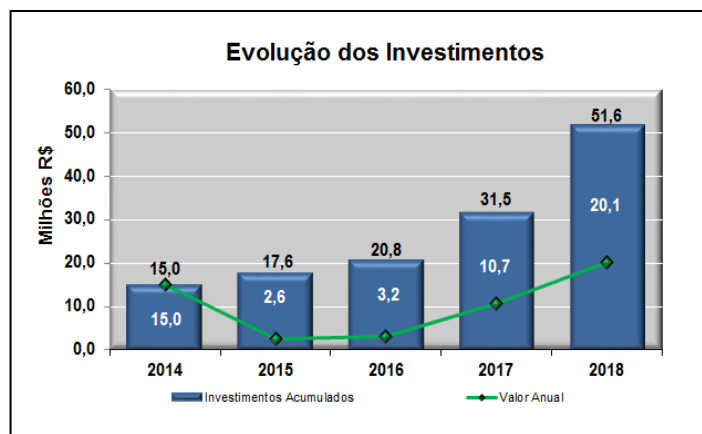
- e) Em 28/11/2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi constituída a Sociedade Anônima Subsidiária Integral “Administradora de Bens Altona S/A”, com registro efetivo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 22/06/2018. Após o registro do Ato, a Companhia Controladora, Electro Aço Altona S/A, transferiu para a Controlada Administradora de Bens Altona S/A, de seu imobilizado, o valor de R\$ 33.872 da conta Terrenos para Investimento, terrenos estes que não são parte do Parque Fabril da Companhia. Em dezembro de 2018, após AGE da Controlada (Administradora de Bens Altona) a companhia efetuou a transferência do saldo dos terrenos que não compõem o parque fabril no valor de (R\$ 4.548), porém a alteração do Estatuto da Administradora de Bens ainda está em andamento, a previsão é que esteja registrado ainda no primeiro trimestre de 2019. Nota explicativa 9 e 10.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

É premissa do nosso planejamento estratégico priorizar os investimentos sem comprometer nossa capacidade de pagamento. Os valores aprovados no orçamento de 2018 para aquisições em investimentos eram de 5% do ROL, (R\$ 12,3 milhões) e a realização foi de R\$ 20,1 milhões. Os investimentos ficaram represados em 2015 e 2016 e com a retomada da produção em 2017 se fez necessário novamente investir. Os investimentos foram destinados para ampliação de áreas, melhorias de processos, meio ambiente, saúde e segurança do trabalhador.

Já para os anos de 2016 e 2015 a Companhia registra aquisições de R\$ 3,2 e R\$ 2,6 milhões respectivamente.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neste período de recessão severa, as aquisições ficaram restritas à manutenção e ao bom funcionamento das máquinas, equipamentos e/ou dispêndios em melhorias de linhas para aumento da produtividade. Tanto que os investimentos no contínuo melhoramento do terreno no município de Barra Velha/SC também foram menores em 2016, bem como também em 2015. No ano de 2017, depois de amplamente discutido, a Administração decidiu declinar do projeto de uma nova planta fabril no terreno de Barra Velha para os próximos anos.

Os investimentos de maior relevância para os últimos anos foram:

- i) Aquisição de centros de usinagem, instalação para 2019;
- ii) Ampliação do setor da moldagem, conclusão 2019;
- iii) Finalização das instalações do sistema de exaustão pó de ferro;
- iv) Ampliação sistema de exaustão de toda a fábrica;
- v) Melhorias nas instalações do sistema de moldagem fast loop;
- vi) Adequações para NR 12 e melhorias no sistema de para-raios e hidrantes;
- vii) Instalações para melhorar o layout e ainda outros investimentos de menor vulto, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes;

Ativo Intangível**Valores Residual Líquido:**

Em 31/Dezembro/2016	624
Em 31/Dezembro/2017	474
Em 31/Dezembro/2018	669

Com base nos procedimentos, as seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da amortização:

Classe de Intangível	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual
Software	3 a 5 anos	5 anos

Outras Receitas/despesas Operacionais

	31/12/16		31/12/17		31/12/18	
Outras receitas						
Receitas extraordinárias ^(a)	13.625	91,8%	55.997	87,9%	7.562	67,1%
Outras receitas ^(b)	1.225	8,2%	7.682	12,0%	3.711	32,9%
	14.850	100%	63.679	100%	11.273	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Outras despesas**

Contrato de Aval/Fiança	(340)	7,0%	(310)	1,6%	(645)	18,0%
Despesas Extraordinárias ^(a)	(520)	10,7%	(13.158)	66,8%	-	-
Outras Despesas ^(b)	-		(6.219)	31,6%	(2.378)	66,2%
Transf. ref. reestr. ocupacional	(3.978)	82,3%	-	-	-	-
	(4.838)	100%	(19.687)	100%	(3.023)	100%
Resultado operacionais líquidas	10.012		43.992		8.250	

(a) Para 2018 na rubrica receita receitas/despesas extraordinárias, os valores de maior relevância estão os efeitos líquidos do processo Regime especial ICMS sobre os efeitos na base calculo IR/CS. Em 2017 são os registros dos efeitos acumulados com a adesão do PERT referente as reduções de juros/multas/encargos.

(b) Para 2018 na rubrica outras receitas/despesas, os valores de maior relevância são compostos pelos efeitos do reintegra e efeitos das movimentações das ações da Eletrobrás. Em 2017 em sua maior parte pelos efeitos líquidos (venda – custo atribuído) da alienação de terrenos, em especial relativo a venda de parte do terreno de Barra Velha.

Informações gerais**a) Contingências**

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/16		31/12/17		31/12/18	
Trabalhistas	1.358	44,6%	1.684	46,6%	1.710	42,6%
Tributárias	1.686	55,4%	1.926	53,4%	2.304	57,4%
	3.044	100%	3.610	100%	4.014	100%
% do Passivo + PL	1,2%		1,4%		1,2%	
Circulante	-		-		-	
Não Circulante	3.044		3.610		4.014	

Trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.710 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.684 em 2017) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 463, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias:

A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas de auxílio doença e SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2018, para esta causa, totaliza R\$ 2.453 (R\$ 2.031 em 2017). O saldo restante provisionado, no valor de R\$ 511, refere-se a diversas causas de valores não relevantes individualmente.

b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
Ações Trabalhistas	256	14,9%	363	15,1	511	17,2%
Acoes Sebrae/Aux. Doença	1.464	85,1%	2.031	84,9%	2.453	82,8%
	1.720	100%	2.394	100%	2.964	100%
% Passivo + PL	0,8%		0,9%		0,9%	

Do saldo em 31 dezembro de 2018 de R\$ 2.964, o montante de R\$ 2.453 corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente a SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia.

c) Atuarial - Obrigações com Benefício pós – emprego

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós-emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais. O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de cada ano podem ser resumidos como segue:

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	(294)	(294)	(309)
Valor justo dos ativos do plano	-	(15)	(15)
Total do ativo / (passivo) atuarial	(294)	(309)	(324)

Em 2016 houve uma determinação do Conselho de Administração para extinção do Plano, sendo que para as pessoas que tenham os requisitos ou contemplados pelas regras, a Altona efetuou o pagamento do benefício.

d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Este prazo de fruição encerrou-se no segundo semestre de 2016, sendo que a Cia. não pode mais utilizar o benefício, somente honrando o ICMS já incentivados. Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses à partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando então para R\$ 15.359 o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/16		31/12/17		31/12/18	
Circulante	478	58,0%	339	94,4%	21	100%
Não Circulante	346	42,0%	20	5,6%	-	-
	824	100%	359	100%	21	100%
% do Passivo + PL	0,3%		0,1%		0,01%	

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/2019
2019	21
Total	21

e) Crédito de IR/CS

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Lucro antes dos impostos	(2.990)	42.764	12.298
IR/CS a alíquota de 34%	1.017	(14.540)	(4.181)
(Exclusões)/adições			
Inovação tecnológica	-		-
Incentivos fiscais	-	1.243	-
Outras diferenças permanentes	322	1.181	4.132
Tributos diferidos não contabilizados no período	-	-	-
Total	1.339	(12.116)	(49)

Os efeitos de 2018/2017 estão representados nas notas explicativas 17 das Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre10.2.a. resultados das nossas operações, em especial:

- (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas é denominada em reais mil, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre as principais, as montadoras de auto propulsores, geração de energia, mineração, petróleo/gás, implementos agrícolas e locomotivas de cargas.

		<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Sob Encomenda	Mercado Interno	36.629	28.218	26.990
	Mercado Externo	17.506	18.852	44.301
	Total	54.135	47.070	71.291
Repetitivos	Mercado Interno	36.070	79.638	105.743
	Mercado Externo	27.482	41.699	69.927
	Total	63.552	121.337	175.670
	Total Geral	117.687	168.407	246.961

- (ii) Fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, políticas cambiais e monetárias e baixo crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito à recuperação pós-crise.

O IGP-M encerrou dezembro em baixa de 1,08% (ante -0,49 %, em novembro). Em 12 meses (janeiro 2018 a s dezembro 2018)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

o índice fechou o acumulado em 7,55%. % (*fonte: conjuntura econômica*).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou dezembro em alta de 0,14%, (ante -0,25% em novembro). Em 12 meses (janeiro 2018 a s dezembro 2018) o índice fechou acumulado em 3,43%, abaixo do teto da meta que é de 4,5% com +/- 1,5 p.p. de variação.

O comitê de política monetária (Copom) do banco central do Brasil, que se reúne para decidir sobre o nível da taxa Selic, diante do cenário macroeconomico decidiu em dezembro pela manutenção da taxa básica de juros em 6,50% a.a. (*fonte: IBGE e Banco Central*).

Em dezembro de 2018 a cotação da moeda norte americana (cotação compra) encerrou cotada em R\$ 3,8742, comparando com a variação de dezembro de 2017 (R\$ 3,3074 em 30/12/17) o dólar teve uma valorização frente ao real de 17,14%. (*fonte: Banco Central*).

A Companhia é afetada por diversos fatores externos, dos quais não possui domínio nem capacidade de prever intensidade. Para amenizar estes fatores externos que possam ser prejudiciais à empresa, medidas como repasse de preços e redução de custos são utilizadas. A desvalorização do real é um fator que favorece a competitividade das exportações e também causa pressão inflacionária. Para se proteger destes fatores externos e trabalhando na busca constante pelo aumento da competitividade e qualidade a Companhia está constantemente buscando a excelência operacional. Temos como objetivos estratégicos e metas o aumento da produtividade, redução do prazo de entregas, redução de custos e retrabalhos. Investimentos em novos processos/tecnologias, gestão eficaz de compras, investimentos em qualificação de pessoas, em segurança e meio ambiente.

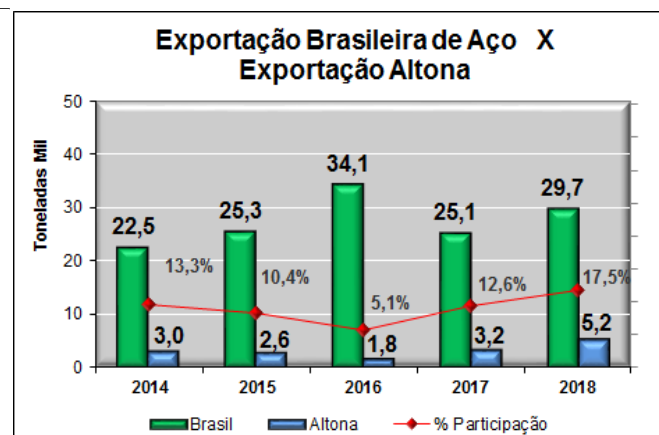
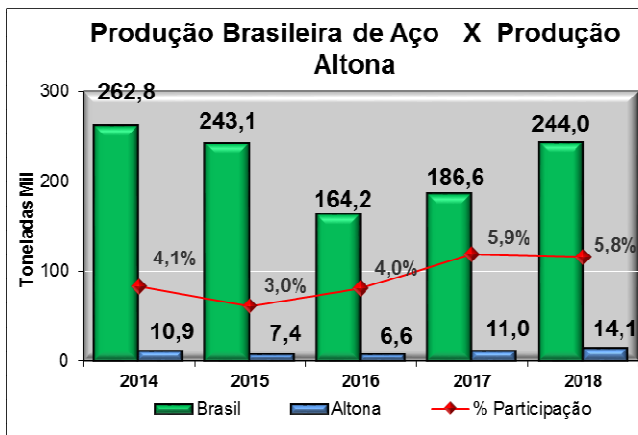
10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

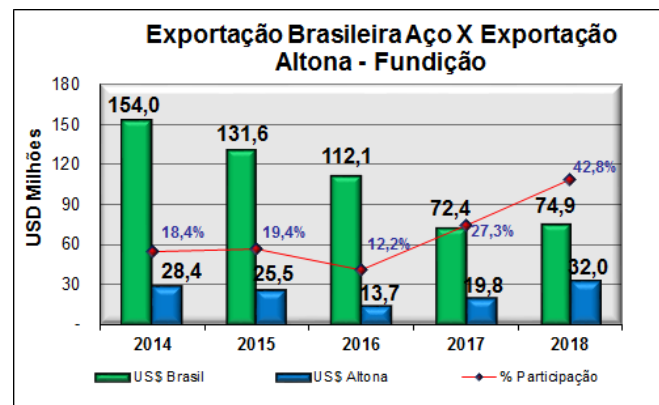
Nos últimos anos a receita da Companhia foi impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço devido a severa crise que perpetuou por quase 3 anos.

Em 2017 a retomada e o desempenho na receita foi importante, alavancado no mercado interno. Informações relatam que a produção dos clientes do mercado interno está direcionada para América do Norte e Europa. Em 2018 o mercado interno representou 54% da ROL (64% em 2017), incremento de R\$ 25 milhões comparados com 2017. O Mercado Externo apresentou um incremento de 90% ou de aproximadamente R\$ 54 milhões em comparação com 2017.

A Altona efetua análise, através de informações da ABIFA – Associação Brasileira de Fundições, para se enxergar perante o mercado. Os negócios fora do Brasil estão cada vez mais presentes, porém cada vez mais competitivos. Abaixo representação gráfica:



Destacamos que em valor monetário a representação de 2018 ficou expressivamente positiva, ficando em 42,8% de participação de todo o montante monetários exportado pelo Brasil. (Fonte: ABIFA Associação Brasileira de Fundição.)



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro****Inflação Interna:**

A Altona monitora a inflação interna através de três insumos importantes: i) Matéria Prima/Material secundário ii) Mão de obra; iii) energia. Nos últimos três anos a inflação interna acumulada foi de:

2018: 12,48% acumulado

2017: 4,61% acumulado

2016: 5,33%

Variação dos preços dos Insumos/Produtos:

Nos últimos três anos a inflação girou em torno de 15,44% (IGPM) acumulado. A inflação interna das matérias primas/materiais secundários e energia ficam aproximadamente 23,94%. O maior impacto foi na matéria prima, representou aproximadamente 50%, comparada com anos anteriores. Os reflexos necessariamente deveriam ser repassados, mas nem sempre a Altona consegue o aumento no produto final, e este foi um dos impactos percebidos no resultado.

Cambio e taxa de juros no resultado Financeiro:

O Cambio influencia diretamente nas receitas do mercado externo da Altona, indiretamente através de compras de mercadorias que os fornecedores nacionais importam.

A variação do câmbio positivas nas receitas de aproximadamente 17,14%, não foram suficientes para absorver os efeitos que a inflação interna, acima mencionado.

A Companhia opera no mercado financeiro, dentre as operações, uma delas é contratação de ACC/ACE. A Administração entende que é um aporte de custos/taxas abaixo de outras contratações para capital de giro, porem existe os efeitos da variação cambial, titulada de negativa, que por sua vez afetam o resultado financeiro. Nas notas explicativas 24, estão demonstrados os efeitos líquidos destas variações.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

10.3.a. Da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3.b. Da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante 2018 a Companhia efetuou duas aquisições integrais de pequena relevância. Uma delas foi um escritório comercial na Alemanha, objetivando melhor aproximação técnica aos clientes da Europa. No final de 2018 houve a negociação de outra empresa de pequeno porte aqui de Blumenau/SC. Uma empresa fabricante de modelos de madeira, atividade está intrínseca ao processo da Altona. A Administração entende que alguns processos passaram por verticalização, por isso a atenção para entendê-los. Os movimentos e seus efeitos patrimoniais estão descritos na nota explicativa 09.

10.3.c. Dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

Os eventos pontuais/excepcionais foram declarados no decorrer deste relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre***10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.4.b. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Altona S.A., declara que:

(i) revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; e

(ii) revisou, discutiu e concordam com revisão expressa no relatório de revisão especial da Berkan Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

O parecer do auditor independente relativo as demonstrações financeiras do exercício encerrado, trará as mudanças orientadas pelo *IBRACON* através de novas NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente). O parecer da companhia além de conter parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios, trouxe parágrafos de ênfase, tratando de assuntos de relevância e de como o Auditor conduziu estes assuntos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação, ajustando

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos MercantisCPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil:

Este CPC estabelece uma nova forma de contabilização dos arrendamentos no balanço patrimonial, onde o arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo arrendado e reconhece no passivo a sua obrigação de pagar esse arrendamento. Já os arrendadores continuam a contabilizar da mesma forma.

Substitui totalmente as normas do arrendamento que hoje são as usuais, CPC 06 e ICPC 03.

A Companhia verificou que não há impacto na adoção da nova norma porque não possui contratos significativos de modalidade de leasing.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

(i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

(ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

A apuração do valor a receber (quando este existir) do PPR é feita semestralmente, e o pagamento efetuado nos meses de agosto e fevereiro.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

As demais premissas referentes as boas práticas contábeis, estão demonstradas na DF 2018.

Base de consolidação

A demonstração anual financeira consolidada compreende as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação 31/12/2018
Administradora de Bens Altona S.A.	Brasil	100%
Altona Europa	Alemanha	100%

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- d) Os ajustes decorrentes das reavaliações patrimoniais serão compensados reflexivamente, conforme CPC 18 – Equivalência Patrimonial, quando de novas reavaliações a serem realizadas por uma controlada, eliminando assim nos ganhos com as investidas, os saldos contidos no Patrimônio Líquido da Controlada.

Reconhecimento de prejuízos da empresa controlada atribuível à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.8.a. Investimentos, incluindo:

- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção e atualização dos maquinários e equipamentos da planta industrial. Objetivo principal é a manutenção/modernização do parque fabril e ampliação dos sistemas de meio ambiente na matriz em Blumenau.

Em pronunciamentos anteriores, a Administração declinou do projeto de ampliação de um novo parque fabril em uma nova unidade, localizada no Terreno de propriedade em Barra Velha. O Conselho de Administração está dialogando para promover uma nova vocação para o imóvel, em agosto de 2018 a Companhia através de sua subsidiária integral Administradora de Bens Altona recebeu uma proposta formal de do interesse de compra de 425.000 m2 do terreno de Barra Velha. Em 09 de janeiro de 2019, houve a concretização da venda. O resultado do negócio será apresentado no primeiro ITR de 2019 através da equivalência patrimonial da Administradora de bens.

Abaixo tabela dos investimentos:

Exercícios	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos, Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobili-zados em Curso	Arrenda-mento Mercantil	Outros Imobili-zados	Intangível	Total – R\$ milhares
2016	273	1.764	115	772	-	48	198	3.170
2017	771	5.912	152	3.242	469	103	91	10.740
2018	1.482	5.380	468	11.140	888	251	468	20.077

- (ii) fontes de financiamento dos investimentos:

No complexo industrial tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, por estratégia, quando aplicável, os investimentos de valores de maior relevância, a Companhia conta

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

com linhas de financiamento vinculadas ao governo, por exemplo BNDES, FIMIP, FINAME, EXCIM entre outros.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Todos os itens relevantes já foram declarados em formulários anteriores.

Comentamos, mesmo não sendo relevante, a aquisição de um escritório comercial na Alemanha, bem como uma pequena empresa de fabricação de modelos de madeira, cuja atividade é intrínseca ao negócio da Altona.

(i) novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

(ii) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não se aplica.

(iii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não se aplica

(iv) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não se aplica

10.8.c. novos produtos e serviços, indicando:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com know-how próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts.

- i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados; e
- iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10.8.d. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Destacamos que, a Companhia firmou com o Ministério Público Estadual, aditivo ao Termo de Ajuste de Conduta em vigor, objetivando a permanência indeterminada das atividades fabris no local da sua sede.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".